



INTER
FACES
CIENTÍFICAS

EDUCAÇÃO

ISSN IMPRESSO 2316-333X

E-ISSN 2316-3828

DOI-10.17564/2316-3828.2019v7n2p107-120

INTELECTUAIS E IMPRESSOS EDUCACIONAIS NO BRASIL

PRINCÍPIO DO INTERNATO ESCOLAR: PRIMÓRDIOS, PRÁTICAS E PERMANÊNCIAS NO BRASIL

PRINCIPLE OF BOARDING SCHOOLS: ORIGINS, PRACTICES AND PERMANENCE IN BRAZIL

ORÍGENES DEL INTERNATO: INICIOS, PRÁCTICAS Y CONTINUIDAD EN BRASIL

Joaquim Tavares da Conceição¹

RESUMO

Este artigo analisa as origens do internato escolar, buscando compreender influências e/ou posicionamentos de pedagogias modernas na sua constituição e os primórdios e práticas do internamento para fins de instrução no Brasil. A origem ou princípio dos internatos escolares pode ser encontrado na evolução do sistema de ensino francês herdado das primeiras universidades medievais, especialmente da faculdade de Artes, decorreu da necessidade de colocar os estudantes (crianças ou adolescentes) sob controle. No Brasil, os protótipos de instituições que funcionavam com internato remontam ao período colonial com a

fundação dos primeiros colégios e/ou seminários pela Companhia de Jesus e os conventos e recolhimentos. Algumas características de práticas de internamento dessas instituições, tais como condições de admissão, vestimentas, alimentação, recreios, horários das atividades, em parte, permaneceram presentes nos usos e costumes de colégios-internatos que subsistiram na cultura escolar brasileira no decorrer do século XIX.

PALAVRAS-CHAVE

Colégios. Educação. Internato. História.

ABSTRACT

This article examines the origins of boarding school trying to understand influences and / or placements of modern pedagogies in its constitution, as well as the beginning and practices of internment for instructional purposes in Brazil. The origin or beginning of boarding school can be found in the evolution of French educational system, inherited from the first medieval universities, especially the faculty of Arts, came from the need of having students (children or adolescents) under control. In Brazil, the prototypes of institutions that worked with boarding school date from colonial period with the founding of the first

schools and / or seminaries, by the Society of Jesus, and the convents and hermitage. Some characteristics of internment practices of these institutions, such as conditions of admission, clothing, food, recreation, schedules of activities, in part, remained present in the customs and traditions of boarding-schools that subsisted in Brazilian school culture throughout the nineteenth century.

KEYWORDS

Schools. Education. Boarding school. History.

RESUMEN

Este artículo analiza los orígenes del internado escolar buscando comprender influencias y/o posicionamientos de pedagogías modernas en su constitución y los primordios y prácticas del internamiento para fines de instrucción en Brasil. La operación historiográfica consistió en separar, reunir y transformar en documentos históricos, estableciendo los cruces de las informaciones recolectadas. El origen o principio de los internados escolares se puede encontrar en la evolución del sistema de enseñanza francés heredado de las primeras universidades medievales, especialmente de la facultad de artes. El principio del cual se originó el régimen de internado de los colegios se debió a la necesidad de colocar a los estudiantes (niños o adolescentes) bajo control (enclaustrados). En los internados, los estudiantes encontraban cama, comida (pensionado) y toda la instrucción y dirección de los estudios. Una característica recurrente en los escritos pedagógicos renacentistas fue la de apuntar

dificultades a las que estaban sometidos los colegiales resultantes del reglamento de los colegios, de los castigos físicos empleados y de deficiencias en la organización de los espacios. En Brasil, los prototipos de instituciones que funcionaban con internado escolar se remontan al período colonial con la fundación de los primeros colegios y/o seminarios por la Compañía de Jesús y los conventos y reuniones. Algunas características de prácticas de internamiento de esas instituciones, tales como condiciones de admisión, vestimentas, alimentación, recreaciones, horarios de las actividades, en parte, permanecieron presentes en los usos y costumbres de colegios-internados que subsistieron en la cultura escolar brasileña a lo largo del siglo XIX.

PALABRAS CLAVE

Colegios. Educación. Internado. Historia.

1 ORIGENS E INFLUÊNCIAS DA PEDAGOGIA DE INTERNAR

1.1 DO PENSIONATO AO COLÉGIO-INTERNATO

A origem ou princípio dos internatos escolares pode ser encontrado na evolução do sistema de ensino francês, herdado das primeiras universidades medievais, especialmente da faculdade de Artes. As primeiras universidades estavam compostas de quatro faculdades, a saber: Teologia, Direito, Medicina – escolas especiais, de caráter profissional – e a Faculdade das Artes onde o ensino tinha um caráter preparatório, semelhante ao ensino secundário, depois adotado nos colégios ou liceus modernos (CLAUSSE, 1974, p. 167). Portanto, nessas universidades foram forjadas as origens do ensino secundário e com este o modelo colégio-internato (DURKHEIM, 1995).

A primeira fase de formação do internato francês ocorreu quando rapazes que chegavam a Paris para estudar, na primeira metade do século XIII, procuravam um mestre para dele receber a instrução e depois um lugar onde pudessem se instalar. Para isso, estudantes, da mesma origem social, acabavam se associando e alugando um local e nele formavam “[...] uma espécie de comunidade, com muita frequência com seus mestres, fazendo refeições à mesma mesa e vivendo a mesma vida. Isso é que se chama *hospitium*” (DURKHEIM, 1995, p. 106). A organização dessas comunidades (*hospitium* livre) não agregava os estudantes ricos, pois estes tinham seu próprio alojamento, onde viviam com um preceptor, e nem os estudantes pobres, que não podiam arcar com as despesas de um *hospitium*.

Desse modo, os estudantes pobres, que não tinham recursos para pagar estalagem, acabaram sendo amparados pela caridade de nobres ou altos membros da Igreja, em estabelecimentos criados com a finalidade de alojá-los gratuitamente. Essas estalagens eram também *hospitia*, diferindo das primeiras por serem estabelecimentos equipados para receber estudantes pobres bolsistas. Porém, esses “*hospitia*

particulares” e “*hospitia* de caridade” ainda não eram internatos completos, pois somente serviam de estalagem (cama e comida) para os estudantes, que continuavam recebendo aulas de mestres que escolhiam fora do estabelecimento.

Os *hospitia* equipados ou de caridade multiplicaram-se a partir do século XIV, e evoluíram para os primeiros colégios (DURKHEIM, 1995, p. 107). Os alunos bolsistas de colégio (*hospitia* de caridade) possuíam benefícios como a regularidade disciplinar, direção dos estudos, mestre público, repetidor ou tutor particular. Para usufruírem esses benefícios que gozavam os estudantes bolsistas os moradores de *hospitia* particulares (*martinets*) pagavam a pensão dos colégios e se tornavam hóspedes desses estabelecimentos. Na condição de estudantes pensionistas de colégios eles eram designados de *caméristes* (pagavam o aluguel dos quartos) ou *portionnistes* (pagavam apenas uma parte nos gastos das refeições).

A segunda fase ocorreu quando o uso dessas casas (colégios) se tornou comum. Nessa fase eram os mestres que vinham aos estabelecimentos ministrar as aulas. Assim, o pensionato tornou-se escola. Finalmente, no século XV, os alunos encontraram nesses colégios, colocados ao lado de universidades, além da cama e da comida, toda a instrução (aulas, repetições, exercícios suplementares). Estava constituído o princípio do internato integral – pensionato e ensino (DURKHEIM, 1995, p. 115).

Os colégios modernos, já com o seu perfil característico – concentração de cursos dentro dos estabelecimentos, espaço específico, classes, séries, programa centrado no latim e no grego, controle contínuo dos conteúdos aprendidos, supervisão e disciplina – multiplicaram-se a partir do século XVI e consolidaram-se como instituições produtoras e reprodutoras de uma cultura geral distintiva nos segmentos burgueses, origem social predominante nos principais colégios europeus, sobretudo na França (PETITAT, 1994). Sob o influxo da pedagogia da Contra Reforma, as ordens ou congregações religiosas (jesuítas, ursulinas, barnabitas, somascos, oratorianos, as escolas piedosas), também fundaram instituições escolares

caracterizadas pelo modelo colégio-internato e pela adoção de programas, em parte, baseados na tradição pedagógica do humanismo (CAMBI, 1999).

Mormente, a pedagogia dos padres da Companhia de Jesus, fundada em Paris em 1534 por Inácio de Loyola e outros seus companheiros, contribuiu de para a consolidação dos colégios e de características culturais adotados no internamento escolar. De início, os jesuítas tinham como objetivos apenas a pregação e a confissão, o ensino não fazia parte de suas pretensões originais. Os primeiros colégios jesuítas, fundados na Itália no século XVI, não recebiam alunos de fora da congregação, pois o propósito desses estabelecimentos era apenas o de preparar os futuros professores da Companhia. Entretanto, com a evolução e crescimento da atividade missionária na Europa e nas novas regiões conquistadas, como no Brasil onde fundaram diversas instituições educativas (LEITE, 1945), o ensino passou a ser reconhecido como um dos ministérios dos jesuítas, e os colégios passaram também a receber alunos de fora (DEBESSE, 1974).

Entretanto, o internamento escolar, o pensionato (convictus), não fazia parte dos propósitos dos primeiros colégios da Companhia. Apenas os futuros membros da congregação eram recebidos nos colégios na condição de internos (scolastici). Os alunos de fora só eram admitidos como externos. A partir de 1560, esses alunos também puderam frequentar o colégio na condição de internos ou pensionistas. Porém, essa mudança ocorreu, segundo Durkheim (1995), com uma “manifesta repugnância por parte da Companhia”, que desejava estar desobrigada do cuidado para com os internos.

Também para Philippe Ariès (1973), os jesuítas não tentavam nunca aumentar o efetivo de seus pensionários, pois o externato era o ideal deles. Entretanto, desde que ocorreu a abertura para o recebimento de alunos de fora, que não estavam ligados à congregação, o número das matrículas nos colégios jesuítas foi sempre crescente (FRANCA, 1952).

Os alunos internos dos colégios jesuítas, ao menos na Europa, possuíam distinções que davam lugar a duas categorias de pensionistas: o *chambri-*

tes, que representavam a minoria dos alunos internos e se diferenciavam dos demais por disporem de preceptores particulares, de criados e de alojamentos em quartos particulares; e a maioria dos outros internos, que não dispunham dessas regalias, e eram acomodados em dormitórios coletivos. Neste último caso, a fim de evitar a promiscuidade nos dormitórios, cada pensionista tinha sua cela, espaçada das outras “[...] por uma divisória de 2 metros e fechada por uma cortina. As celas formavam duas fileiras paralelas ao longo da sala. Entre essas duas fileiras havia um corredor que servia de local de reunião para as preces, bem como para as repetições [...]” (DURKHEIM, 1995, p. 226).

1.2 FUNÇÃO DO INTERNATO E CRÍTICAS AO MODELO

Ainda segundo Durkheim, o princípio do qual se originou o regime de internato dos colégios decorreu da necessidade de colocar os estudantes (crianças ou adolescentes) sob o controle (enclausurados), para que pudessem ter um bom desempenho em uma fase em que não “[...] tem senão uma consciência muito incerta de sua individualidade nascente, é indispensável que seja submetido a uma regra mais impessoal e a um controle mais imediato” (DURKHEIM, 1995, p. 111). Desse modo, o princípio do internato, em parte, tinha como essência a visão do aluno (criança ou adolescente) como um ser perigosamente desprotegido de todas as ameaças do mundo adulto, que necessitava de uma instituição protetora. Os internatos era um espaço apropriado para essa separação (PETITAT, 1994).

Nos séculos XVII e XVIII os alunos dos colégios na França conviveram com a clausura proporcionada pelo internato, modelo que tinha como objetivo instaurar um universo pedagógico caracterizado pela separação do mundo, em um espaço específico de internamento e neste os internos eram submetidos a uma vigilância constante, ininterrupta (SNYDERS, 1974). Na pedagogia do internato, o tempo e o espaço eram organizados para enfrentar as ameaças e tentações externas e separar a criança do mundo adulto (ARIÈS, 1973).

Uma característica recorrente nos escritos pedagógicos de autores renascentistas, entre eles os filó-

sofos Erasmo de Rotterdam, François Rebelais, Michel Eyquem de Montaigne, foi a de apontar dificuldades a que estavam submetidos os colegiais resultantes do regramento dos colégios (DEBESSE, 1974). O filósofo Montaigne no Livro Primeiro de sua obra *Ensaio* (1595), na parte intitulada “A educação das crianças”, registrou de modo particular seu horror pelos castigos adotados nos colégios: “A disciplina rigorosa da maior parte de nossos colégios sempre me desagradou. [...] São verdadeiras prisões para cativo da juventude, e a tornam cínica e debochada antes de o ser” (MONTAIGNE, 1987, p. 229).

Nesses colégios, organizados sob a forma de colégio-internato, além dos castigos físicos a que estavam submetidos os colegiais, as condições das instalações e da alimentação servida eram péssimas e os pensionistas estavam submetidos a longas horas de estudo. A respeito do regime de horários dos colégios, Maurice Debesse informa que o emprego do tempo era rigoroso: “[...] por volta de 1570, no colégio de Auch, o levantar era às 5 horas da manhã, o deitar às 9 da noite com, salvo nos domingos, cinco horas de aula e de sete a oito de estudos” (DEBESSE, 1974, p. 261). Por sua vez, a pedagogia do século XVIII também acusava os colégios de serem lugares propícios à corrupção moral e “[...] de ser portadores de uma cultura exclusivamente humanístico-retórica e classicista e portanto antimoderna, de deixar na sombra a ciência moderna [...]” (CAMBI, 1999, p. 331).

Os discursos sobre as deficiências na organização dos estudos e, principalmente, sobre as condições físicas do colégio-internato caracterizam-se como uma permanência histórica. Estudando a vida dos jovens franceses nos colégios e liceus do final do século XVIII até os fins do século XIX, Jean-Claude Caron afirma que o regime a que estavam submetidos os estudantes de colégios e liceus pouco se assemelhava com o pensamento pedagógico desenvolvido na modernidade.

O que frequentemente ocorria eram colégios instalados em construções antigas, “[...] dormitórios mal aquecidos e mal arejados; pátios estreitos e desnudos; tonalidade dominante, inclusive nos grandes liceus: o cinza muralha [...] A higiene é mais que medío-

cre” (CARON, 1996, p. 156). De modo geral, os autores criticavam os dois sistemas de instrução na época; ou seja, o modelo colégio-internato francês e a educação doméstica feita por preceptores. O primeiro sistema pecava pela conhecida severidade, temida por alunos e pais; e, o segundo, porque faltava na formação de crianças e adolescentes, instruídos em casa, os contatos sociais com seus colegas. Além do mais, na educação doméstica, os pais erravam ou por serem excessivamente severos ou por exagerarem na compaixão.

No século XVII, John Locke, em sua obra *Algumas reflexões sobre a educação* (1693), demonstrou seu desagrado com a educação oferecida nos colégios. Para Locke, a vida nos internatos dos colégios era capaz das piores influências, quer pelo alojamento de uma grande quantidade de meninos de toda origem social, quer pela impossibilidade de o mestre cuidar da formação das virtudes de aluno individualmente. Ainda mais porque, a criança, durante a maior parte do tempo estava muito mais suscetível a “influência perniciosa” de seus companheiros do que das lições do mestre.

Deste modo, para Locke, a educação devia ser ministrada em casa, com o auxílio de um preceptor, onde seria possível assegurar maiores progressos nos estudos e na transmissão das virtudes (LOCKE, 1986). O pensamento pedagógico de Rousseau, na obra *Emílio* (1761), também compartilha com Locke a confiança no preceptorado individual como a melhor das educações. Entretanto, essa literatura, que censurava a educação nos colégios, acabou não exercendo, nesse ponto, influência determinante no meio social, pois na realidade o colégio passou a ser a única instituição comum a todos (ARIÈS, 1973; CARON, 1996).

Ainda no século XVIII, em Portugal, o pedagogo português Ribeiro Sanches, em sua obra *Cartas sobre a educação da mocidade* (1759), defendia a necessidade da criação, em Portugal, de “escolas na forma de seminários, ou pensões” (internatos), imitando os estabelecimentos deste tipo instalados na França, Inglaterra, Holanda e na Alemanha. Para Ribeiro Sanches, a educação nos colégios pensionatos (colégios-internatos) era “utilíssima à mocidade”, pois neles os meninos e moços perderiam o “mimo” da casa dos

pais; adquiririam maiores conhecimentos pelos contatos com os colegas; estariam sempre guardados e observados pelos seus mestres e inspetores, para não se entregarem aos vícios, e ganhariam um entusiasmo patriótico (SANCHES, 1922).

Na França, o modelo colégio-internato teve um grande desenvolvimento, sobretudo, a partir do século XVIII até grande parte do século XIX. Nesse século, o internato se tornou um fenômeno geral, sendo praticado tanto na Alemanha, como na Inglaterra dos *public schools* (ARIÈS, 1973). Nos internatos dos colégios, ou liceus franceses, moças, entre quinze e os dezoito anos, eram internadas para serem educadas nas “‘artes recreativas’ destinadas a torná-las atraentes nos salões matrimoniais” e os rapazes a fim de “preparam-se para o bacharelado [...]” (PERROT, 2009, p. 151). Contudo, o ideal da educação doméstica sob a vigilância da família “[...] com preceptores e professores, de preferência ingleses – as *misses* –, continua a ser alimentado por muitas famílias apaixonadas pela aristocracia ou pelo rousseunismo e que temem os contatos vulgares e pervertidos” (PERROT, 2009, p. 150).

O internato entrou em declínio na França a partir da segunda metade do século XIX, pois já não se atribuía a ele, como no século XVIII, o valor de formação moral e humana. Recorria-se ao internato a partir daí apenas nos casos de distância da residência do colégio, devido a dificuldades na família ou com o objetivo de possibilitar uma melhor preparação para o ingresso nas grandes escolas. Como ressalta Philippe Ariès, no caso da França, o internato passa a ser [...] tolerado, não mais escolhido. As famílias mais ricas conservaram por algum tempo a nostalgia do internato, menos no colégio do Estado que numa instituição privada em geral religiosa [...] A família moderna não aceitava mais se separar de suas crianças mesmo que para assegurar sua educação (ARIÈS, 1973, p. 315).

Apesar de na segunda metade do século XIX o internamento escolar já ser desacreditado pelos franceses, a ponto de atribuir ao modelo o “‘efeminamento’ da juventude, a derrota de 1870 e, de modo mais geral, o despovoamento da França!” (PERROT, 2009, p.

151), no Brasil o internato continuaria sendo utilizado, sobretudo na instrução particular (CONCEIÇÃO, 2012).

2 PRIMÓDIOS DE INSTITUIÇÕES E PRÁTICAS DE INTERNAMENTO ESCOLAR NA SOCIEDADE BRASILEIRA

2.1 COLÉGIOS E SEMINÁRIOS

No período colonial, os jesuítas fundaram escolas em diversas partes do território colonial e destas receberam a denominação de colégios: o da Bahia em Salvador, conhecido como “Colégio dos Meninos de Jesus”, o de São Sebastião, no Rio de Janeiro, e o de Olinda, que possuíam em sua organização arquitetônica a destinação de espaços específicos para dormitórios (cubículos) dos alunos internos. Esses colégios com internatos, de influência europeia, foram um modelo que “[...] nem a Companhia fomentou, nem também recusou, quando alguma razão de bem público os aconselhava [...]” (LEITE, 1945, p. 169), como eram as decorrentes das condições geográficas do Brasil.

O “enclausuramento”, proporcionado pelo internato dos colégios jesuítas, procuravam civilizar os meninos, filhos de funcionários públicos, de senhores de engenho, mineradores, por meio da transmissão das letras clássicas e do exercício das práticas de devoção aos santos da Igreja, da penitência e das virtudes. A pedagogia do internamento já foi caracterizada como uma educação negativa, pois instruíam-se “[...] para não fazer (isto ou aquilo)” não praticar “[...] maus costumes, vícios, maus livros, das más companhias, dos espetáculos e teatros, de juramentos, insultos, injúrias, detrações, mentiras, jogos proibidos, lugares perniciosos ou interditos” (PAIVA, 2000, p. 50).

Os seminários, conquanto fossem instituições reservadas à instrução de moços que se destinavam à carreira eclesiástica, igualmente recebiam alunos para serem instruídos no curso de humanidades. Neste sentido, como explica o padre Serafim Leite, o Seminário de Belém, dirigido pelo padre Alexandre de Gusmão, foi

o primeiro colégio com internato de ensino secundário do Brasil, onde os internos aprendiam a doutrina católica e o curso de humanidades (latim, arte e retórica), “conforme a capacidade dos ouvintes, segundo a ordem das classes da Companhia” (LEITE, 1945, p. 185).

Também possuía esse duplo sentido, colégio-seminário, o Seminário de Olinda, fundado em 1800, por José Joaquim da Cunha de Azeredo Coutinho, bispo de Olinda. O estabelecimento destinava-se a jovens que almejavam à carreira religiosa, mas igualmente “[...] absorvia estudantes que prosseguiriam seus estudos de nível superior em Portugal, recrutados entre as mais importantes e abastadas famílias do Nordeste, que remuneravam o estabelecimento escolar pela educação de seus filhos” (ALVES, 2010, p. 54).

2.2 COLÉGIOS-SEMINÁRIOS: VESTÍGIOS DE PRÁTICAS DE INTERNAMENTO ESCOLAR

O estudo de estatutos ou regulamentos dos seminários-colégios evidencia algumas características de práticas de internamento dessas instituições, tais como condições de admissão, vestimentas, alimentação, recreios, horários das atividades e férias, que, em parte, permaneceram presentes nos usos e costumes de colégios-internatos no decorrer do século XIX. Neste sentido, o *Regulamento do Seminário de Belém* ([1694-1696], apud LEITE, 1945, p. 183) é um exemplo bastante elucidativo. Segundo este regulamento, podiam ser admitidos no colégio-seminário meninos com 12 ou 13 anos, para uma estada que podia se estender de cinco a seis anos. Como condição de admissão era exigida a prestação de informações sobre os costumes, a pureza do sangue, “[...] excluídos totalmente os que têm qualquer mácula de sangue judeu, e até o 3º grau inclusive o que tem alguma mistura de sangue da terra, a saber, de índios ou de negros mulatos ou mestiços”

Em seguida, o regulamento determinava regras referentes aos usos e costumes a serem observados na vida cotidiana do internato. Com relação às vestimentas, os seminaristas ou alunos deviam trajar diariamente uma roupeta de estamemha parda e, nas saídas do

colégio ou em solenidades públicas, uma beca (veste talar preta) e barrete (gorro) preto com breve volta branca sem renda. Com o intuito de não estimular a vaidade, proibia-se o uso de seda ou sendais de retrós, saltos demasiados, gadelhas e cabeleiras (REGULAMENTO..., [1694-1696] apud LEITE, 1945, p. 182-183).

Como o Colégio-seminário de Belém recebia filhos das camadas ricas da colônia, o regulamento advertia sobre a proibição de que os pensionistas trouxessem para o estabelecimento “moleque” (escravo) para servi-los em suas necessidades pessoais, justificando essa proibição por causa da necessidade de que os alunos “[...] se sirvam a si, e uns aos outros quando estão doentes; e para se acostumarem a ter cuidado das coisas, eles serão os sacristãos, porteiros, etc., e varrerão seus cubículos, farão suas camas, etc” (REGULAMENTO..., [1694-1696] apud LEITE, 1945, p. 182).

Contudo, para os serviços gerais do estabelecimento, o colégio-seminário dispunha de escravos. De fato, nos conventos e recolhimentos era costume que meninas, mulheres e moças ricas fossem reclusas acompanhadas de escravas ou servas para servi-las em seus cuidados pessoais. Prática existente, por exemplo, no Convento da Soledade na Bahia (FERREIRA, 2006). Já no século XIX, nos programas e/ou estatutos de colégios-internatos, consignava-se a informação de que os pensionistas não teriam contato com os serviços do internato e que estes residiam em casa separada (HARRING, 1864). Esta era uma medida comumente presente na literatura pedagógica moderna, preocupada com possíveis influências nocivas e com a modéstia das crianças e adolescentes (ARIËS, 2006).

Assim, também na Província da Bahia, em anúncio que circulou em Sergipe no ano de 1849, o Colégio de Educação Clássica Todos os Santos, localizado em Salvador, informava que os serviços dos internos eram feitos por serventes do colégio e não se admitiam criados ou escravos dos colegiais. Porém, os que quisessem ter aposentos particulares deveriam para isso fazer um contrato especial com o estabelecimento (ESTATUTOS..., 1849, p. 3).

Igualmente, existiam, no Colégio-seminário de Belém, regras que orientavam como os jesuítas da

“casa” deviam cuidar dos meninos internos (E para os Nossos que assistirem no Seminário aprovou as ordens seguintes), de modo que os pequenos não sentissem falta do carinho materno e os grandes não se apresentassem indisciplinados. Os castigos deviam ser frequentes, mas moderados, e “[...] se a falta for secreta, o padre reitor, no seu cubículo o castigue, de sorte que se não saiba a falta e se emende o culpado [...]” (REGULAMENTO..., [1694-1696] apud LEITE, 1945, p. 186). Também deviam ser evitados o contato dos alunos com pessoas do sexo feminino e as visitas ao internato de pessoas que não fossem religiosas, a fim de se evitar os pecados contra a moral e as más influências do mundo exterior.

De outro modo, existiam regras a serem observadas na conduta diária do internato (Ordem que se deve guardar no Seminário de Belém). Assim, ressaltava que bastavam aos pensionistas oito horas de repouso ou sono, devendo, ao romper do dia, ser despertados ao som do toque de uma campá (sino) e de batidas nas portas dos respectivos cubículos. Acordados, os alunos deviam seguir em silêncio para as primeiras atividades religiosas do dia (preces matinais, missa), depois seguiam os estudos, que somente seriam interrompidos para o almoço, que se dava antes das oito horas.

Depois do almoço, ainda observando a regra do silêncio, continuavam os estudos, depois uma hora de repouso, quando tinham licença para falar até o momento da refeição seguinte. Em seguida, novo repouso, seguindo novas orações e execução das tarefas da classe, com a advertência de que seriam castigados os que desrespeitassem a proibição de falar, até às três horas quando se reuniam novamente em classe de estudos. Finalizada a aula, podiam falar até o início das lições de solfa (música), e, logo se seguia, sucessivamente, a ceia, o repouso, a lição espiritual, as preces noturnas, e se retiravam para os respectivos cubículos para dormir.

De acordo com a descrição do padre Serafim Leite o Seminário de Belém possuía todas as acomodações necessárias a um colégio-internato, tanto para a moradia e alimentação tanto dos alunos como dos padres da Companhia, ou seja, salas de aulas, pátio, cubícu-

los, biblioteca, capela, cozinha, dispensa, refeitório, tanques e fonte de água, residência dos padres, portaria e casa de hóspedes. Observando a planta apresentada pelo padre Serafim Leite é possível perceber que o prédio do Seminário de Belém imitava as antigas construções claustrais, fechadas, com dois grandes pátios no seu interior que, em alguns pontos, os grandes colégios-internatos do século XIX, principalmente os confessionais católicos, procuraram imitar (REGULAMENTO... [1694-1696] apud LEITE, 1945, p. 166).

Assim, em anúncios e/ou prospectos de colégios-internatos no século XIX, podem ser encontrados informações de espaços com essas marcas culturais, a exemplo do Colégio Episcopal de S. Pedro de Alcântara, no Palácio do Rio Comprido, no Rio de Janeiro: “Um edifício de forma claustral, com capacidade para duzentos alunos, casa separada para professores e criados; no centro de uma extensa chácara, com jardim, passeios [...]” (LAEMMERT, 1864, p. 444).

Por sua vez, o regulamento intitulado *Estatutos do Seminário Episcopal de N. Senhora da Graça da Cidade de Olinda de Pernambuco* (1798), ou simplesmente Seminário de Olinda, ordenado pelo bispo Azeredo Coutinho, também apresenta algumas evidências da economia do internato. O documento é dividido em três partes, ou seja, as disposições relativas à observância econômica, à moral e à literária. Segundo o estatuto, o Seminário recebia duas categorias de colegiais, meninos pobres, órfãos ou filhos de pais pobres (numerários), e, colegiais extranumerários, ou porcionistas “que se sustentem a sua custa”.

Os colegiais pobres, além dessa condição social, deveriam comprovar que sabiam ler e escrever, serem filhos legítimos, sem nota de infâmia, sem doença e terem ao menos 12 anos de idade. Deveriam também trazer para o colégio, a título de enxoval, cama e roupa branca, um roupão de druguete preto (samarra) sem sobremangas (para uso no cotidiano do colégio e nas aulas), uma beca de cor roxo-claro, sem mangas (para uso em público e para sair à rua) e livros. Advertia também que o traje composto de meias, sapatos e fivelas fosse proporcional à condição de pobreza, “[...] e quando saírem à rua, levarão meias de laia pretas, ou

de linha de cor honesta, mas nunca de seda; por serem impróprias da pobreza, a cujo título foram admitidos” (ESTATUTOS... [1798] apud ALVES, 2010, p. 78).

Os colegiais extranumerários ou porcionistas deveriam ter as mesmas qualidades exigidas para a admissão dos colegiais pobres. Assim, eram obrigados a trazer o mesmo enxoval e, além disso, efetuar o pagamento da pensão ou cômputo anual. No momento da admissão dos colegiais porcionistas, estes deveriam ser advertidos de que não haveria distinção ou tratamento diferenciado entre eles e os colegiais pobres (numerários), “[...] para se conservar a união e de uniformidade da Sociedade, hão de ser tratados na mesa e comida, com igualdade [...]” (ESTATUTOS... [1798] apud ALVES, 2010, p. 78).

Observam-se também, no Estatuto do Colégio-Seminário de Olinda, similaridades com outros colégios-seminários mais antigos e com os colégios-internatos que se estabeleceram em todo o Brasil durante o século XIX, quanto às regras dos horários das refeições e aos procedimentos a serem adotados no espaço do refeitório. Deste modo, no refeitório, os colegiais deveriam manter o silêncio e seguir demais formalidades, como as referentes à ordem de sentar e levantar e às preces religiosas. Todos os dias, desde que não fossem de jejum, de preceito, ou sábado (dedicado a Nossa Senhora), ou às quartas-feiras, na Quaresma, estava determinado que fosse servido almoço aos três quartos para às oito horas.

Às onze horas e meia da manhã, ao sinal do toque de campá (sino), iniciava-se o jantar, que deveria constar, ao menos, de quatro pratos, incluída a sobremesa. Depois do jantar, se seguia o repouso de um quarto de hora, quando os colegiais tinham a permissão de conversar entre si. A ceia deveria ocorrer às nove horas da noite, constando de dois pratos, exceto nos dias de observância do jejum. Depois da ceia, meia hora de repouso e, finalmente, ao toque de silêncio, os colegiais deveriam se recolher aos respectivos cubículos a fim de dormir.

A fim de manter o isolamento do internato, um porteiro vigiava, observando tudo o que entrava e saía do estabelecimento, atendia as pessoas que procuravam o colégio e não permitia que entrassem pessoas

que não desempenhassem um serviço no estabelecimento, principalmente, mulheres. Os colegiais, quando procurados, ou quando a estes fosse endereçada alguma carta, ou outra qualquer encomenda, cabia ao porteiro comunicar ao reitor ou vice-reitor para que um desses autorizasse, ou não, a entrega da encomenda ao colegial ou permitisse a visita.

O controle de entradas e saídas permaneceu como uma marca cultural dos internatos de colégios, no decorrer do século XIX, especialmente os religiosos. Neste sentido, o regulamento do Colégio Caraça, em Minas Gerais (1820), determinava como deveres do porteiro: “4. Quando algum estudante for procurado dará parte ao diretor para com ordem sua ir falar. 5. Nada receberá de fora para os estudantes, e nem os estudantes, para fora, que não passe por mão do diretor” (REGULAMENTO... [1820] apud ANDRADE, 2000, p. 175). O colégio também devia dispor de um homem para servir como barbeiro (fazer barba e cortar os cabelos) e refeiteiro (assear o refeitório, servir à mesa, entrega as roupas aos colegiais, acender o candeeiro do refeitório e dos dormitórios), e do cerqueiro, que cuidava da horta e da lenha necessária para os serviços da cozinha.

2.3 COVENTOS E RECOLHIMENTOS. ESPAÇOS DE INTERNAMENTO FEMININO

De outro modo, os conventos e recolhimentos, fundados no Brasil, por diversas congregações religiosas, foram as primeiras instituições utilizadas para o internamento ou reclusão feminina com a finalidade de instrução. Na pesquisa a respeito da reclusão de mulheres no Convento da Soledade (Salvador – Século XVIII), Ferreira (2006) elenca motivações para o ingresso de meninas, jovens e mulheres nos conventos e recolhimentos. Segundo a autora o internamento ocorria por “[...] imposição dos pais e/ou maridos, [...] o zelo dos pais com a formação espiritual e escolar de suas filhas, [...] ou a própria escolha de muitas jovens mulheres pela vida religiosa” (FERREIRA, 2006, p. 6).

Os primeiros conventos brasileiros foram implantados a partir da segunda metade do século XVII e tinham

“[...] como objetivo principal, o desenvolvimento de uma vida de fé, contemplação do divino, dedicação mística a Cristo, enfim, um afastar-se do mundo numa situação para vocacionadas [...]” (ALMEIDA, 2003, p. 21). Entretanto, os conventos também se prestaram para o internamento de meninas e/ou moças de famílias ricas, onde elas aprendiam rudimentos da leitura e escrita, música e tarefas domésticas, mas sem os votos, obrigatórios apenas para as que seguiriam a vida religiosa.

Os recolhimentos, além das atribuições de recolher viúvas desamparadas, mulheres casadas em conflito com seus maridos, também mulheres casadas que não podiam contar com a proteção dos maridos, acolheram também meninas e moças para serem instruídas (ALMEIDA, 2003; FERREIRA, 2006). Os recolhimentos se diferenciavam dos conventos por serem instituições para a educação feminina com o objetivo de inserção social e não havia votos. Entretanto, as recolhidas acabavam por viver com regras que se assemelhavam às dos conventos. Muitos recolhimentos foram criados no Brasil no século XVIII, sendo que o primeiro foi fundado em Pernambuco, ainda no Século XVI, pelos padres Antonio da Nóbrega e Antonio Pires (LEITE, 1965, p. 80).

No final do século XVIII ficou famoso o “Recolhimento de Nossa Senhora da Glória do Lugar da Boavista de Pernambuco”, fundado pelo bispo Dom José Joaquim da Cunha Azeredo Coutinho. Os recolhimentos estavam dentro dos ideais da reforma pombalina, conforme explicitado por Ribeiro Sanches. Para o autor, sendo as mães as primeiras mestras das crianças, seria impossível incutir a “[...] boa educação na fidalguia portuguesa enquanto não houver um Colégio ou Recolhimento, quero dizer uma escola com clausura para se educarem ali meninas da fidalguia desde a mais tenra idade [...]” (SANCHES, 1922, p. 192).

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS. PERMANÊNCIA DO INTERNATO NA EDUCAÇÃO BRASILEIRA

No Brasil, as origens ou protótipos de instituições que funcionavam com internato escolar remontam

ao período colonial, mais especificamente à segunda metade do século XVI, com a fundação dos primeiros colégios e/ou seminários pela Companhia de Jesus. E, igualmente, conventos e recolhimentos, guardadas as diferenças entre os modelos institucionais, foram estratégias de internamento que caracterizaram a história social do Brasil. Os internatos, ao longo do século XIX e em boa parte do século XX, apesar das críticas recebidas, subsistiram na cultura escolar brasileira, utilizados por famílias das camadas ricas e estratos médios da população para promover a instrução de seus filhos. Nos internatos, os estudantes encontravam cama, comida (pensionato) e toda a instrução (aulas, repetições, exercícios suplementares, direção dos estudos).

No século XIX, no Brasil, o internamento para fins de instrução foi assumido predominantemente pelos colégios particulares, confessionais ou não, sobretudo pela demanda por instrução das camadas ricas e extratos médios da população. Na grande maioria desses estabelecimentos existiam três classes de alunos internos (pensionistas), semi-internos (meio-pensionistas) e externos. Era designado aluno interno aquele que estava dentro, habitando na mesma casa, nas dependências do colégio, recebendo cama e comida (pensionato) e a instrução (VIEIRA, 1873). Os alunos meio-pensionistas recebiam a instrução e uma ou duas refeições (meia-pensão), conforme o contrato; e os externos, que somente recebiam a instrução.

Na Capital do Império existiam pequenos internatos constituídos como uma empresa familiar e de confissão católica, com um pequeno número de alunos internos que viviam em comum com a família do diretor, sendo seus comensais (CARDOSO, 1877; LAEMMERT, 1864; ROCHA, 1851). Mas também existiam grandes internatos que chegavam a congregar mais ou menos 100 pensionistas. Nos internatos maiores, além da contratação de professores e de um médico, existiam empregados que cuidavam dos serviços específicos do internato (LAEMMERT, 1872, p. 420).

Nesses internatos, dos colégios particulares do Rio de Janeiro, adentravam filhos e filhas de grandes proprietários rurais, comerciantes e industriários, funcionários públicos graduados, profissionais

liberais de destaque da Corte do Rio de Janeiro e/ou de outras províncias do Império (CONCEIÇÃO, 2012). As possibilidades de estabelecimentos de instrução secundária e superior tornavam a capital do Império atrativa para as famílias que desejavam investir na instrução de seus filhos.

Entretanto, o modelo colégio-internato não ficou imune a críticas. Dentre os problemas apontados pelos intelectuais que se apresentavam contrários ao internato, a questão da higiene e as condições físicas do internato, especialmente os dormitórios, ocupavam um lugar de destaque. Os médicos preocupados com questões higienistas, em suas teses de doutoramento do século XIX e início do século XX, alertavam para a insalubridade e falta de higiene existentes nos espaços de alguns internatos (MACHADO, 1875). Alertavam sobre os excessos sexuais entre os meninos, o “onanismo”, a “pederastia”, como práticas que contribuíam para os avanços da gonorréia e da sífilis (CONCEIÇÃO, 2015).

No entanto, apesar das críticas formuladas, a importância do modelo colégio-internato era destacada pelo mérito de ter inculcido, por meio da austeridade disciplinar, a “ordem social” na educação da mocidade brasileira (FREYRE, 2003).

Entre críticas e propostas reformistas, os colégios-internatos, confessionais ou não, tiveram grande desenvolvimento no Brasil na segunda metade do século XIX e na primeira metade do século XX. Mesmo criticado como um modelo dispendioso, não deixou de ser utilizado pelas famílias que procuravam um regramento maior na educação dos seus filhos ou que residiam na zona rural ou em regiões desprovidas de colégios. No entanto, foi também no século XX que se assistiu à decadência do modelo, quando a família não aceitava mais ficar longe dos filhos e estes não se conformavam às privações da vida no internato.

Enfim, a presença marcante dos internatos na sociedade brasileira e a utilização desse modelo para a formação de uma elite dirigente masculina e na escolarização feminina, sobretudo na segunda metade do século XIX e na primeira metade do século XX, as suas funções sociais, o funcionamento e as práticas culturais que ti-

veram lugar nos internatos, constituem-se, ainda, numa “zona silenciosa” no campo da história da educação.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, S. C. C. **O sexo devoto**. Normatização e resistência feminina no império português (XVI-XVIII). 2003. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2003.
- ALVES, G. L. **Azeredo Coutinho**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco; Editora Massangana, 2010.
- ARIÈS, P. De l’externat a l’internat. In: ARIÈS, Philippe. **L’ enfant et la vie familiale sous l’ Ancien Regime**. Paris: E’ditions Du Seuil, 1973. p. 298-317.
- CAMBI, F. **História da pedagogia**. São Paulo: UNESP, 1999.
- CARDOSO, J. A. Santos. **Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial da Corte e Província do Rio de Janeiro inclusive a cidade de Santos, da Província de S. Paulo para o ano de 1876**. Rio de Janeiro: Typographia E. & H. Laemmert, 33º ano, 1877. p. 625.
- CARON, J. Os Jovens na escola: Alunos de Colégios e Liceus na França e na Europa (Fim do Séc. XVIII – Fim do Séc. XIX). In: LEVI, Giovanni; SCHMITT, Jean-Claude. **História dos Jovens**. A Época Contemporânea. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. p. 137-194.
- CLAUSSE, A. A Idade Média. O período universitário. In: DEBESSE, Maurice; MIALARET, Gaston (org.). **Tratado das ciências pedagógicas**. História da pedagogia. v. 2. São Paulo: Editora Nacional; Editora da Universidade de São Paulo, 1974. p. 156-171.
- CONCEIÇÃO, J. T. **Internar para educar**. Colégios-internatos no Brasil (1840-1950). 2012. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador-Bahia, 2012.

CONCEIÇÃO, J. T. 'Vícios execráveis': campanha médica de combate à masturbação e à homossexualidade entre os pensionistas de colégios-internatos (1845-1927). **Revista Brasileira de História da Educação**, Maringá, n. 2, p. 111-132, jun. 2015.

DEBESSE, M. A criação dos colégios de jesuítas no século XVI. In: DEBESSE, Maurice; MIALARET, G. (org.). **Tratado das ciências pedagógicas**. História da pedagogia. v. 2. São Paulo: Nacional, EDUSP, 1974. p. 212-217.

DURKHEIM, E. **A evolução pedagógica**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.

ESTATUTOS do Colégio D'Educação Clássica Todos os Santos, na Bahia. **Correio Sergipense**. São Cristóvão, p. 3, 10 fev. 1849.

ESTATUTOS do Seminário Episcopal de N. Senhora da Graça da Cidade de Olinda de Pernambuco ordenados por D. José Joaquim da Cunha de Azeredo Coutinho XII Bispo de Pernambuco do Conselho de S. Majestade Fidelíssima, fundador do mesmo Seminário. (1798). [Transcrito da fonte original] In: ALVES, Gilberto Luiz. **Azeredo Coutinho**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco / Editora Massangana, 2010. p. 78.

FERREIRA, A. S. **A reclusão feminina no Convento da Soledade**: As diversas faces de uma experiência (Salvador – Século XVIII). 2006. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade de Brasília, Brasília-DF, 2006.

FRANCA S. J., Leonel. **O Método Pedagógico dos Jesuítas** – O “Ratio Studiorum” Introdução e Tradução. Rio de Janeiro: Livraria AGIR Editora, 1952.

FREYRE, G. **Sobrados e Mucambos**. Decadência do patriarcado rural e desenvolvimento do urbano. São Paulo: Global, 2003.

HARING, C. G. **Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial da Corte e Província do Rio de Janeiro**

para o ano de 1864. Rio de Janeiro: Typographia E. & H. Laemmert, 21º ano, 1864.

LAEMMERT, E. **Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial da Corte e Província do Rio de Janeiro para o ano de 1864**. Rio de Janeiro: Typographia E. & H. Laemmert, 21º ano, 1864. p. 451.

LAEMMERT, E. **Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial da Corte da Capital da Província do Rio de Janeiro com os Municípios de Campos e de Santos para o ano de 1872**. Rio de Janeiro: Typographia E. & H. Laemmert, 29º ano, 1872. p. 420.

LEITE, S. **História da Companhia de Jesus no Brasil**. Tomo V. Da Baía ao Nordeste. Estabelecimentos e assuntos locais, séculos XVII – XVIII. Lisboa: Livraria Portugal; Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1945.

LEITE, S. **Novas páginas de História do Brasil**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1965.

LOCKE, J. **Pensamientos sobre la educación [1693]**. Madrid: Akal, 1986.

MACHADO, J. M. **Da educação física, intelectual e moral da mocidade no Rio de Janeiro da sua influência sobre a saúde**. Rio de Janeiro: Typographia de G. Leuzinger & Filhos, 1875.

MONTAIGNE, M. E. **Ensaio – Livro Primeiro**. Brasília: Editora Universidade de Brasília; Hucitec, 1987.

PAIVA, J. M. Educação Jesuítica no Brasil Colonial. In: LOPES, Eliane Marta Teixeira; FARIA FILHO, Luciano Mendes; VEIGA, Cynthia Greive. **500 anos de educação no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. p. 135-150.

PERROT, M. Figuras e papéis. In: PERROT, Michelle. **História da Vida Privada**. Da Revolução Francesa à Primeira Guerra. São Paulo: Companhia das Letras, 2009, p.107-168.

PETITAT, A. **Produção da escola. Produção da sociedade.** Análise sócio-histórica de alguns momentos decisivos da evolução escolar no ocidente. Porto Alegre: Artes Médicas, 1994.

REGULAMENTO do Seminário da Imperial Casa de N. S. Mãe dos Homens da Serra do Caraça [Transcrito da fonte original]. In: ANDRADE, Mariza Guerra de. **A educação exilada.** Colégio do Caraça. Belo Horizonte: Autêntica, 2000, p. 175-182.

REGULAMENTO do Seminário de Belém da Cachoeira. [Transcrito da fonte original]. In: LEITE, S. **História da Companhia de Jesus no Brasil.** Tomo V. Da Baía ao Nordeste. Estabelecimentos e assuntos locais, séculos XVII – XVIII. Lisboa: Livraria Portugalia; Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1945.

ROCHA, J. J. Exposição sobre o estado das aulas públicas de instrução secundária e dos colégios e escolas particulares da Capital do Império, 5 de abril de 1851. (Anexo). In: CARVALHO, José da Costa. (Visconde de Monte Alegre). **Relatório apresentado à Assembléia Geral pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Império.** Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1851.

SANCHES, A. N. R. **Cartas sobre a educação da mocidade.** Coimbra: Imprensa da Universidade, 1922.

SNYDERS, G. A pedagogia em França nos séculos XVII e XVIII. In: DEBESSE, Maurice; MIALARET, Gaston. **Tratado das ciências pedagógicas.** História da pedagogia. v. 2. São Paulo: Nacional, EDUSP, 1974. p. 271-295.

Recebido em: 4 de Abril de 2017
Avaliado em: 30 de Março de 2018
Aceito em: 30 de Março de 2018

1 Doutor em História Social – UFBA); Docente de História, Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Sergipe – UFS; Líder do GEPHED: GRUPO DE ESTUDOS E PESQUISAS EM HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO: Memórias, sujeitos, saberes e práticas educativas e coordenador do CEMDAP: Centro de Pesquisa Documentação e Memória do Colégio de Aplicação. E-mail: joaquimcodapufs@gmail.com.

